



UniREDENTOR
Centro Universitário

CURSO SERVIÇO SOCIAL

VIVIANE GOMES BAPTISTA

O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SÓCIO-TÉCNICA DO TRABALHO.

Itaperuna,

RJ

2021

VIVIANE GOMES BAPTISTA

**O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
DIVISÃO SÓCIO-TÉCNICA DO TRABALHO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário UniRedentor/Afya
Itaperuna como parte dos requisitos para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Ariana Costa Pascoal

Itaperuna,

RJ

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor:VIVIANE GOMES BAPTISTA

Título: O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
DIVISÃO SÓCIO-TÉCNICA DO TRABALHO.

Natureza:TCC– Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo:Título de Bacharel em Serviço Social

Nome da Instituição:Centro Universitário UniRedentor.

Área de concentração: Serviço Social com ênfase em Política Pública de Saúde.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof.^aMsc.Gutiélle Carvalhal Botelho Bustilho
Faria Mestre em Políticas Sociais
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –
UENF Instituição:UniRedentor/Afya

Prof.^o D.r. Joselio Gomes de Souza –
Coorientador Doutor em Teoria
Psicanalítica
Instituição:UniRedentor/ Afya

Prof.^aAriana Costa Pascoal
Serviço Social e Políticas Sociais / Gestão
Municipal/Gestão de Organização Pública de
Saúde
Instituição:UniRedentor/Afya

*Dedico este trabalho aos meus pais,
minha irmã Vanessa, meu avô Juari e
a minha amiga Elisama, e minha segunda
mãe Renata Santos pessoas importantes
que serviram de alicerce na minha conquista.*

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e saúde, e por ter sido minha base na realização de um sonho, possibilitando ultrapassar todos os obstáculos encontrados durante a caminhada acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Robson e Rosana, por todo incentivo e dedicação perante a minha educação, e por nunca medirem esforços para a minha formação.

Agradeço também, a minha irmã Vanessa por sempre estar ao meu lado em todas as dificuldades, oferecendo compreensão e carinho. E ao meu avô Juari que sempre me apoiou nas minhas escolhas.

Agradeço a todo corpo docente da Faculdade Redentor do curso de Serviço Social que foram essenciais na transmissão de conhecimentos, como também possibilitaram reafirmar minha escolha e paixão pela profissão.

Agradeço a todos os amigos que estiveram presente na minha jornada, em especial minha amiga Elisama aque com suas palavras de apoio me incentivou a nunca desistir, servindo de alicerce para a minha conquista.

Agradeço a minha segunda mãe, Renata Santos, meus amigos de trabalho, Jean e Lauren que foram muito importantes no meu processo de estágio, e também me incentivaram sempre. Agradeço também as minhas supervisoras de campo Jane e Alyne por todo conhecimento transmitido durante o processo de estágio supervisionado.

E a minha orientadora, Arianne Costa, que com toda sua paciência, conhecimento e confiança contribuiu com êxito na produção do presente trabalho, sendo uma pessoa primordial para o meu resultado e formação.

Agradeço também, a todas as pessoas que de alguma forma com suas palavras e orações foram importantes e fizeram parte da minha vitória.

*“A nobreza do nosso ato profissional
está em acolher aquela pessoa por
inteiro, em conhecer sua história, em
saber como chegou a esta situação e
como é possível construir com ela formas
de superação deste quadro.”*

(Maria Lúcia Martinelli)

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
NOB – Norma Operacional Básica
ONG – Organização não Governamental
SUAS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos.....	12
1.2 Metodologia.....	13
1.3 Justificativa	14
1.4 Hipóteses.....	15
1.5 Problemática	15
2 SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA ESTREITA RELAÇÃO	16
2.1 Saúde Mental a partir da reforma psiquiátrica	16
2.2 O Contexto Sócio Histórico das Relações de Trabalho do Serviço Social no Brasil	24
3 O SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	32
3.1 O Serviço Social como Classe Trabalhadora	32
3.2 Adoecimento do Assistente Social nos Espaços Sócio-Ocupacionais-----	34
4 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

RESUMO

O presente trabalho tem como foco principal ressaltar a necessidade de um olhar crítico, e aprofundamento da temática do adoecimento dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. É um tema pouco debatido no mundo acadêmico, sendo necessário a compreensão do processo histórico da saúde mental no Brasil, adentrando também na saúde do trabalho e o reconhecimento do Serviço Social como classe trabalhadora, visto que faz-se necessário o profissional ter reconhecimento da importância da sua saúde tanto física quanto psicológica, ressaltando que é essencial os assistentes sociais possuírem acompanhamento por equipe técnica especializada para conseguir lidar com as pressões no dia a dia, como a falta de recursos profissionais, e questões emocionais de forma ampla. O trabalho utilizou como metodologia um aprofundamento teórico por meio de levantamento bibliográfico de artigos relacionados a temática abordada.

Palavras-Chave: Saúde Mental. Serviço Social. Classe Trabalhadora

ABSTRACT

The present work has as main focus to emphasize the need for a critical look, and to deepen the theme of illness of social workers in socio-occupational spaces. It is a topic little debated in the academic world, and it is necessary to understand the historical process of mental health in Brazil, also entering the health of workers and the recognition of Social Work as a working class, since it is necessary for professionals to have recognition of the importance of their physical and psychological health, emphasizing that it is essential for social workers to be monitored by a specialized technical team to be able to deal with daily pressures, such as the lack of professional resources, and emotional issues in a broad way. The work used as methodology yes the theoretical deepening through bibliographic survey of articles related to the thematic approached.

Keywords: Mental Health. Social Service. Working class

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discorrerá sobre “O Processo de Adoecimento do Assistente Social na Divisão Sócio-Técnica do Trabalho”, procurando enfatizar o conceito, as consequências e a importância da saúde mental do profissional e a forma que reflete na sua prática, principalmente dentro da conjuntura do sistema capitalista.

Primeiramente antes de adentrar sobre as questões da saúde mental do assistente social, é necessário de forma breve sistematizar sobre o Serviço Social. O Serviço Social é uma formação profissional que está estruturado na divisão sócio-técnica do trabalho, caracterizada como classe trabalhadora assalariada, por muito tempo foi associado a concepção de filantropia aos mais necessitados, porém atualmente a partir de toda sua estruturação teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política atua na defesa e garantia de direitos, e tem como objeto principal de trabalho a questão social.

O assistente social lida diretamente com as políticas sociais, benefícios, programas dentro do contexto do capitalismo, cenário repleto de tensões, contradições de classes e também de contrarreformas neoliberais, fazendo que o Estado focalize sua atuação voltado para a economia em detrimento das condições de vida e trabalho da sociedade, nesse contexto além dos usuários da rede socioassistencial, os assistentes sociais como classe trabalhadora também sofrem com esse cenário.

Segundo (VICENTE, 2015) é definido, em uma linha do tempo, que a crise capitalista tem como início os anos de 1970. E é a partir daí a instauração do sistema capitalista que tem-se entendimento atualmente, de ser monopolista e financeiro, isto é, crescimento de juros e títulos de dívidas, havendo uma mercantilização. Esse modelo segue a ótica do capitalismo ainda mais severo, havendo uma banalização da vida humana, exploração da mão de obra cada vez maior, como também altos índices de adoecimento dos indivíduos, trazendo questões éticas e políticas aos profissionais.

É importante ressaltar as profundas mudanças na sociedade a partir da crise capitalista e instauração do capitalismo financeiro, refletindo em vínculos e condições insalubres e precárias de trabalho, atingindo também os assistentes sociais, visto que é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, caracterizado como um trabalhador assalariado. (VICENTE, 2015)

O estudo tem como foco, entender quais as problemáticas situacionais e psicológicas que os assistentes sociais vivenciam em seu dia a dia, demonstrando a superação dos profissionais e os enfrentamentos diante de sua práxis na sociedade. E a estrutura do trabalho orienta-se na divisão em três capítulos, no primeiro momento

será discutido sobre a estreita relação entre saúde mental e Serviço Social, levantando dados acerca do período da reforma psiquiátrica, momento importante para iniciar adentramento na temática de saúde mental. Nesse sentido, posteriormente ainda dentro do segundo capítulos, será ressaltado sobre o contexto sócio histórico das relações de trabalho do Serviço Social no contexto do Brasil.

No terceiro e último capítulo é fundamental enfatizar a relação de saúde mental e saúde do trabalhador, questão primordial para a discussão da temática dentro do contexto da saúde mental do assistente social. Além disso, é essencial relatar sobre o Serviço Social como classe trabalhadora, inserida dentro da divisão sócio-técnica do trabalho e os adoecimentos dos profissionais de Serviço Social dentro dos espaços sócio-ocupacionais.

1.1 Objetivos

O presente estudo tem como objetivo investigar os desafios e reflexos na saúde mental que o Assistente Social enfrenta para o alcance de uma atuação ética e possíveis melhorias nos atendimentos dos espaços sócio-ocupacionais. A necessidade do aprofundamento da reflexão quanto à importância do tema culminou na formulação dos seguintes objetivos específicos: identificar o papel e competências do Assistente social e os enfrentamentos gerados dentro dos espaços sócio-ocupacionais; enfatizar o conceito de saúde mental e sua importância perante a saúde do Assistente Social e os reflexos perante sua prática; assinalar a saúde mental no contexto do adoecimento e desgaste psicológico do profissional diante das condições de trabalho; apontar as barreiras existentes no desenvolvimento profissional e a dificuldade de lidar diante a demanda dos numerosos usuários e destacar a importância do acompanhamento psicoterapêutico do Assistente Social nesse âmbito para que possa refletir de forma positiva nos atendimentos realizados.

1.2 Metodologia

O tema do estudo que será desenvolvido é “O Processo de Adoecimento do Assistente Social na Divisão Sócio-Técnica do Trabalho”, e para construção da pesquisa será realizado um levantamento bibliográfico, empregando os métodos de pesquisas, a fim de que possa realizar o aprofundamento do tema e embasamento teórico através dos conhecimentos e informações extraídos dos autores pesquisados.

A coleta de dados será através de pesquisas nas plataformas virtuais, como por exemplo, Scielo, Google Acadêmico e trabalhos apresentados nos dois últimos CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) realizados em 2015 e 2019, utilizando como fonte de recolhimento de informações, e posteriormente será realizado uma análise criteriosa fundamentada nas leituras das mesmas, buscando cada parte importante e relevante do estudo, para que sirva de base na construção do presente projeto. O método de pesquisa será a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa com a compreensão dos dados coletados e analisados.

Dentro ainda do método de pesquisa, será utilizado a pesquisa aplicada para aprofundamento e produção de conhecimento, a fim de que sejam aplicadas na vida real do cotidiano dos assistentes sociais, para que possam compreender a importância da saúde mental, como também gerando um conhecimento amplo para os mesmos

1.3 Justificativa

Justifica-se o estudo da temática visto a importância da compreensão do papel do assistente social e debate da saúde mental do trabalhador, em especial, a do assistente social, visto que é um tema pouco debatido na atualidade, mas é um assunto importante para o Serviço Social já que interfere diretamente na profissão. Dentro dos espaços sócio-ocupacionais os profissionais deparam-se com várias dificuldades, dentre elas pode-se citar como exemplo: a superexploração, terceirização, escassez de recursos para os atendimentos com os usuários e execução do trabalho, como também precarizações e direitos trabalhistas fragilizados. (RAICHELIS, 2015)

Segundo RAICHELIS (2015), a exploração dos profissionais geram um desgaste físico e mental dentro do trabalho, sendo uma temática recentemente abordada pelo Serviço Social, e portanto ainda não existe grandes conteúdos para leitura que abordem essa temática nos dias atuais.

O tema é importante diante das circunstâncias e com base nas precárias condições de trabalho, sobretudo pelo Serviço Social ser uma classe que vive do trabalho, ou seja, que vende sua força de trabalho e que emerge dentro do sistema capitalista e convive com amplas demandas das expressões da questão social, consequentemente acarretam um desgaste da saúde mental nos assistentes sociais.

O estudo é relevante na sociedade, sendo fundamental ressaltar que discutir a saúde mental do assistente social é muito significativo, pois é uma categoria profissional que precisa ter os aspectos físicos e psicológicos estruturados, para que não reflita no seu fazer profissional diante aos atendimentos com os usuários, visto que é uma profissão extremamente essencial na sociedade.

Nesse sentido, adentrando na concepção de saúde mental, a mesma é compreendida como uma qualidade de vida cognitiva e emocional do indivíduo, além disso, ressaltando seu estado físico e capacidade de lidar com suas emoções e acontecimentos da vida.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende como saúde mental com base em um estado pleno de bem-estar físico, mental e social, e não somente a questão de não ter algum tipo de doença aparente. A saúde do trabalhador é um modelo de ações necessárias para conseguir atingir a promoção e proteção da saúde dos mesmos, evitando agravos de qualquer natureza, isto é, adoecimento tanto mental quanto físico. (MUNDIM, 2012)

É entendido que o trabalho é fator importante na sociedade, já que é no exercício dele que o indivíduo retira seus meios de sobrevivência e constrói seu ser social por sua capacidade teológica, porém a saúde mental está articulada nesse processo, uma vez que a saúde do trabalhador é um conjunto maior composto por questões físicas, financeiras, psicológicas e características ambientais das más condições de infraestrutura nos espaços de atuação que podem afetar na qualidade de vida do profissional.

O processo de saúde-doença do trabalhador é decorrente de um fenômeno, acima de tudo, social: isso implica o reconhecimento de componentes multicausais, objetivos e subjetivos na sua constituição. Essa afirmativa conduz à problematização sobre a relação entre saúde, doença e trabalho, pois, conforme esclarece Batistella (2007, p.31), “o ambiente, origem de todas as causas de doença, deixa, momentaneamente, de ser natural para revestir-se do social. É nas condições de vida e trabalho do homem que as causas das doenças deverão ser buscadas”. (FAERMANN et al, 2016, p.6)

De acordo com a atuação profissional dos assistentes sociais, devido as competências por ele realizadas, sobrecarrega-se de estresse, suportando pressões, na qual consequentemente acarreta desgaste mental, gerando crises de ansiedade e depressão que afetam diretamente o seu fazer profissional, e em algumas situações pode chegar até mesmo ao suicídio. É nesse sentido que é necessário enfatizar a importância de um acompanhamento por equipe especializada aos profissionais de forma preventiva e permanente, especialmente dos assistentes sociais.

Em virtude dos fatos supracitados, como também diante do estudo pode-se perceber que é um tema pouco debatido no mundo acadêmico, visto que não existe um arcabouço teórico sobre o tema, dessa forma surgiu o interesse de escrever sobre o conteúdo abordado, afim de conseguir responder a problemática apresentada e ressaltar os reflexos e importância da saúde mental diante do fazer profissional, utilizando como base os enfrentamentos e desafios dos assistentes sociais dentro dos espaços sócio-ocupacionais, enfatizando a necessidade de suporte e acompanhamento psicológico aos profissionais de Serviço Social.

1.4 Hipóteses

Parte-se como hipótese do presente estudo, contribuir no cotidiano dos assistentes sociais dentro dos diversos espaços sócio-ocupacionais sobre saúde mental, visto que é um tema pouco debatido academicamente e no dia a dia profissional. Favorecendo para uma construção de um olhar crítico acerca da temática abordada nos espaços de atuação, como também podendo ser reivindicada e colocada em prática pelos assistentes sociais.

Para tanto, é preciso e enfatizar a importância da saúde mental no fazer profissional, refletindo na construção de um pensamento crítico a respeito da saúde mental dos assistentes sociais. Estimulando a partir da pesquisa e das informações apresentadas na mesma, a busca por parte do assistente social no acompanhamento psicoterapêutico, sendo uma forma de amenizar os índices de adoecimento dos profissionais.

1.5 Problemática

Construir um entendimento sobre o adoecimento dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais é um constante desafio, visto que se apresenta como uma questão essencial a ser seguida, porém pouco debatida no contexto profissional do Serviço Social. Desse modo, o trabalho tem como questões norteadoras a compreensão dessa temática, e a possibilidade de melhorias nas condições de trabalho, ofertando conhecimento acerca da importância da saúde do trabalhador.

Nessa perspectiva, o estudo apresenta outras questões norteadoras, utilizando como embasamento o cenário sócio histórico da saúde mental, enfatizando a reforma psiquiátrica e a influência do sistema capitalista na atuação profissional e que atingem a saúde de tantos trabalhadores, já que são demandas intrínsecas do capitalismo, como por exemplo, a superexploração do trabalhador. Posto isso, fica visível questões que norteiam o estudo para compreensão dos motivos que acarretam o adoecimento frente a saúde mental dos assistentes sociais.

2 SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA ESTREITA RELAÇÃO

A prática do assistente social na saúde mental possui uma relação importante acerca do processo histórico desta política, como também para o Serviço Social. Visto que ambos acontecimentos foram marcos históricos e essenciais, atrelando e caracterizando também um dos espaços de atuação profissional do Serviço Social, de extrema relevância frente a garantia dos direitos e do enfrentamento as expressões da questão social existentes no contexto do sistema capitalista.

A relação entre as duas áreas se intensificou principalmente dentro dos movimentos e reivindicações, por exemplo da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, consequentemente com criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ofertando atendimentos de qualidade aos usuários, eliminando práticas desumanas utilizadas para os tratamentos psiquiátricos, sendo este um espaço de trabalho para o Serviço Social. Nesse sentido, utilizando de uma abordagem mais humanizada, escuta qualificada e abordagens teóricas os assistentes sociais atuam frente as questões sociais nesses espaços sócio ocupacionais.

Conforme (VASCONCELOS et al MOTA, 2016) dentro do cenário da Saúde, existe atualmente tensões que refletem no fazer profissional com base no Projeto Ético Político Profissional (PEP), muitas vezes limitando o assistente social em condições políticas e institucionais.

Com base nas informações supracitadas, o Serviço Social utilizou do seu arcabouço teórico desenvolvendo projetos, atendimentos e benefícios frente ao cenário da saúde mental dos usuários referenciados. O assistente social atua diretamente com a intersetorialidade para que seja possível a garantia dos direitos dos usuários. A intersetorialidade está presente em todos os espaços socio-ocupacionais, inclusive nos espaços com atendimentos voltados para a saúde mental.

A intersetorialidade na saúde mental coloca o usuário em uma nova concepção, não como doente, mas como pessoa que necessita ser um indivíduo humanizado e reconhecido dentro da sociedade e, para isso, foi preciso fortalecer as redes e trazer com elas as políticas sociais que intervêm visando a integralidade do usuário (SEVERO E DIMENSTEIN, et al, SCHEFFER, 2011, P. 72).

É possível compreender, diante das informações, que há uma relação intrínseca de ambas as áreas, é dentro desse cenário que faz-se importante voltar o olhar para o profissional assistente social, questão pouca debatida nos espaços de atuação. Os assistentes sociais estão inseridos dentro da divisão sócio técnica do trabalho, mas também são profissionais que necessitam de atendimentos acerca da sua saúde mental,

principalmente, como por exemplo, por causa da sobrecarga de trabalho e embates políticos existentes nos espaços em que o mesmos ocupam.

2.1 Saúde Mental a partir da reforma psiquiátrica

O fator principal para começar a escrever sobre saúde mental, é falar sobre o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, visto que está inserido dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), onde são firmados princípios e diretrizes para um atendimento integral, universal, como também a saúde estabelecida como direito de todos os cidadãos. A Reforma Psiquiátrica é considerada um marco acerca da saúde mental. As mudanças não afetam somente o Brasil, mas também outros países, como por exemplo, Alemanha. (SCHEFFER, et. al., 2014)

É importante salientar o contexto histórico da saúde mental no Brasil, visto que desde a chegada da família real os pacientes que sofriam de algum transtorno e faziam parte da elite brasileira eram institucionalizados, principalmente em lugares que tinham como base a doutrina da Igreja Católica. A saúde mental, nessa época era tratada como algo vergonhoso à família, portanto escondiam os indivíduos e não deixavam ter contato com a sociedade. (SCHEFFER, et. al., 2014)

Segundo SANTOS (2015) os “asilos” eram comandados pela Igreja Católica, realizando uma filtragem acerca dos indivíduos considerados perigosos para a sociedade, ou que atrapalhassem de alguma forma a ordem pública. Os indivíduos considerados nocivos à sociedade eram os mendigos, prostitutas, doentes mentais e etc.

O tratamento desumano foi se enraizando, não somente com indivíduos que sofriam com transtornos mentais, mas qualquer pessoa que era entendido como risco para as normas da sociedade, sendo impedidos de ter convívios familiares e em sociedade. Nesse sentido, existia um cenário de exclusão marcante na sociedade, dividindo os indivíduos dos “normais” e “anormais”, estigmatizando os mesmos. (SANTOS, 2015)

No início do desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica, tem seu marco na década de 1960, onde existia uma grande privatização dos atendimentos de saúde mental, além disso, era possível entender que a saúde mental era fator de mercantilização, geração de lucros. E no período da ditadura militar surgem movimentos sociais como a Luta Antimanicomial e Reforma Sanitária, fator importante para a construção da política de saúde no Brasil. A Reforma Sanitária sustentou o desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica (LAMENHA, 2013)

Os trabalhadores de saúde mental traçaram objetivos acerca da rede ambulatorial, incluindo assim o começo da extinção dos leitos existentes nos hospitais psiquiátricos, regionalizando/territorializando os atendimentos frente a questão de saúde mental, criação de equipes multiprofissionais. As equipes sendo constituídas por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, além dos enfermeiros. (SCHEFFER, 2014)

Reafirmando a fala de Scheffer (2014), um dos principais objetivos da Reforma Psiquiátrica era a humanização nos atendimentos com os indivíduos que sofriam com transtornos mentais, oferecendo um serviço multidisciplinar e de qualidade.

Com a inclusão dos princípios do SUS na Constituição de 1988, foi aberta uma nova perspectiva para a autonomia e o desenvolvimento das políticas municipais de saúde; vigorosa expressão disso foi o que ocorreu em Santos/SP em 1989. Apesar de ainda sob a vigência do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), os gestores recém-eleitos no município decidem apressar a instalação do SUS e realizam intervenção em hospital psiquiátrico onde ocorriam graves violações dos direitos humanos. (AMARANTE, 2018, p. 2071)

No processo de redemocratização do Brasil, resultado dos movimentos sociais, um país sem manicômios venceu. A construção da Constituição Federal de 1988 reafirmou uma passagem importante para a consolidação da política de saúde dentro da Seguridade Social, estruturando a saúde em todo o Brasil, na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da universalidade, integralidade, entre outros princípios. Nesse sentido, criou-se espaços ocupacionais para tratamentos humanizados para atenção psicossocial (CAPS). (SCHEFFER, et. al., 2014)

Ao abordar a temática da saúde mental, é necessário enfatizar a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, que vem regulamentando a Lei Orgânica da Saúde, compreendendo como deve ser estruturado o Sistema Único de Saúde no país. Tem em suas diretrizes a proteção e promoção, bem como demonstrar que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Havendo o estabelecimento de diretrizes, condicionalidades, planejamento, entre outras questões.

No Brasil, houve movimentos importantes que marcaram o processo da Reforma Psiquiátrica, como por exemplo, a II Conferência Nacional de Saúde Mental (1992). É nitido que a temática de saúde mental no país aconteceu de forma tardia, sendo bem recente as mudanças no tratamento voltado ao público da saúde mental. Antigamente, antes da Reforma, os indivíduos eram tratados como invisíveis perante a sociedade, loucos, sendo internados em hospitais psiquiátricos sem o mínimo de tratamento humanizado. Esses espaços serviam para esconder da sociedade as pessoas que eram mal vistas, dessa forma os mesmos não ficariam nas ruas, seguindo uma lógica de sanitização das cidades.

Os tratamentos desumanos incluíam a terapia de choque, onde eram submetidos a choques como forma de controlar “surtos”. A Reforma Psiquiátrica possibilitou que mudasse esse cenário, havendo uma política efetiva voltada para a saúde mental, ofertando atendimentos considerados adequados para o tratamento desses usuários da área de saúde mental. No Brasil, atualmente pode-se observar centros voltados para o atendimento dos mesmos, característica que evidencializa na sociedade a importância da saúde mental na vida de todos os indivíduos. Pensando de forma mais inovadora como organizar os atendimentos, construindo espaços que geram ao usuário experiências positivas e adequados. (BEZERRA, 2007)

Dentro do cenário das alterações advindas a partir da Reforma Psiquiátrica, faz-se necessário ressaltar a criação de espaços para o atendimento dessa população. Desde a década de 20 é estruturado espaços para atendimento a população, com foco em uma política higienizadora criando assim os ambulatórios de saúde mental, continuando com a mesma ideologia até a década de 80.

A partir da década de 80, começa a pensar na organização dos atendimentos, no sistema de saúde, nesse período ocorre a criação do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil surgiu na cidade de São Paulo no ano de 1989 iniciando a ideologia de ser um centro para tratamento de transtornos mentais, psicoses, entre outros aspectos que abragem os atendimentos ofertados. Os espaços ocupacionais denominados como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) são importantes no tocante a saúde mental, substituindo a internação, manicômios e entre outros métodos já ultrapassados. O Serviço Social dentro desse espaço tem uma contribuição e atuação importante, dentro da equipe multidisciplinar, efetivando a garantia de direitos aos usuários do serviço. (BARBOSA, 2006)

A terapia de choque citada acima foi substituída, alterando o olhar e havendo um atendimento com especialistas na área, retornando com as pessoas para o convívio em sociedade. Os usuários desse serviço conseguem ter acesso a atendimentos com psicólogos e psiquiatras, realizando terapias, evidencializando seus sentimentos e cotidianos, além de participar de dinâmicas que estimulam o convívio com outras pessoas.

As novas formas de organização das equipes, a transformação dos papéis destinados aos técnicos, o trabalho interdisciplinar e intersetorial, a articulação entre os aspectos clínicos e políticos da atenção psicossocial, o entrelaçamento entre estratégias de cuidado e estratégias de responsabilização ou interpelação do sujeito, todos esses são temas cruciais para a formação de profissionais capazes de levar adiante o processo de transformação defendido pelo ideário reformista. (BEZERRA, 2007, P. 246)

E, nessa perspectiva, na atuação profissional dos assistentes sociais atuando com usuários da política de saúde mental nos CAPS, é necessário enxergar esse profissional, isto é, entender também as necessidades dos mesmos em seus diversos espaços de atuação. É de extrema importância a capacitação contínua dos profissionais, tanto assistentes sociais, como também psicólogos e psiquiatras que atendem dentro desses espaços sócio-ocupacionais. (FARIA, et.al., 2019). A Saúde Mental é um espaço que demanda a intervenção do assistente social e consequentemente a área que mais afeta os assistentes sociais ao longo de sua carreira profissional.

2.2 O Contexto Sócio-Histórico das Relações de Trabalho do Serviço Social no Brasil

O contexto sócio-histórico da profissão de Serviço social, e suas relações de trabalho, em especial dentro do contexto histórico no Brasil, tem início nos anos 30, porém expandindo-se a partir de 1945, principalmente por motivos advindos do sistema capitalista e da Segunda Guerra Mundial. É nesse cenário que cresce a demanda dos assistentes sociais frente as expressões da questão social, em especial no setor da saúde, sendo o que mais absorveu profissionais. (BRAVO, 2006)

Na década de 1930, foi o início da contratação dos assistentes sociais, sendo como principal motivo para absorção desses a mudança acerca do modelo de saúde, em especial nos anos de 1948, ampliando para o modelo biopsicossocial, inserindo os assistentes sociais como profissão essencial. É importante enfatizar que nesse cenário foi implementada as equipes multidisciplinares. Os assistentes sociais tinham como principal local de trabalho hospitais e ambulatórios, com perspectivas curativas e higienistas. (BRAVO, 2006)

E na Ditadura Militar fez-se necessário a partir da ideologia conservadora, o Serviço Social se renovar, um dos marcos para o Serviço Social foi o Movimento de Reconceituação, negando o conservadorismo e alterando suas bases teóricas, sob a influência do marxismo. Em 1980 foi o marco dentro da saúde brasileira, fortalecendo o Movimento Sanitário, construindo a Constituição Federal de 1988, estruturando a Assistência Social, Saúde e Previdência Social dentro do tripé da Seguridade Social, uma estrutura firmada na garantia de direitos à sociedade. (BRAVO, 2006)

No contexto da onda conservadora que atingiu, em especial o Brasil em 1990, traz novas configurações em termos das relações de trabalho para o Serviço Social, visto que instalou-se um modelo de financeirização acentuado, reconfigurando o mundo do trabalho. Atingindo diretamente o fazer profissional do assistente social, como também

seus vínculos trabalhistas, visto que o profissional estava inserido na divisão socio-técnica do trabalho,consequentemente dentro da categoria de trabalhador assalariado. (RACHELIS, 2013)

Esse cenário é cheio de tensões principalmente para efetivação de um modelo de proteção social universal na sociedade, sendo marcado pela diminuição de direitos e aumento das expressões da questão social. Dessa forma o assistente social em suas relações trabalhistas também se vê em contínuas tensões com empregadores. (RACHELIS, 2013)

O contexto sócio-histórico de relações de trabalho do asssistente social desde sua gênese é marcado por essas tensões, principalmente pelo começo sendo ligado a Igreja Católica exercendo um trabalho de filantropia, e posteriormente até a construção do arcabouço teórico do asssitente social existente atualmente perpassou por grandes dificuldades para inserção do profissional em diferentes campos de trabalhos, além disso, de diminuir a lógica de caridade associada a profissão. (RACHELIS, 2013)

O Serviço Social atua dentro das reproduções das relações sociais, e numa ramificação da mesma encontramos as relações de trabalho, onde é campo de atuação profissional como também é onde o assistente social está inserido. A profissão é composta por dimensões de atuação, pautada nas relações cotidianas que estão inseridas no sistema capitalista, incluindo as relações de trabalho. (RACHELIS, 2013)

O Serviço Social com seu objeto de atuação pautado nas expressões da questão social , compreende que o trabalho é questão essencial para o ser social, onde o mesmo se realiza, colocando em prática sua capacidade teológica. O trabalho é compreendido como forma de sobrevivência humana, mas também um cenário de múltiplas tensões dentro do capitalismo, visto que esse modelo enfraquece o poder do ser social de conseguir sobreviver com o trabalho.

O capitalismo, a partir do seu processo de desenvolvimento, crise e recriação, vem determinando, de maneira perversa, uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, afetando diretamente a vida do ser social, na medida em que limita suas possibilidades de desenvolvimento e cerceia as chances de ampliação de uma “vida cheia de sentido” (Antunes, 1995), desvalorizando suas potencialidades. (TINTI, 2015, p. 32)

As relações de trabalho do Serviço Social estão inseridas em uma ideologia de disputas, tensões e relações antagônicas. O assistente social atua no âmbito estatal dentro das relações entre Estado e sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar as transformações societárias, e em 1990 as profundas regressões de direitos após a Constituição Federal de 1988. Todos esses aspectos refletem no fazer profissional do assistente social como também nas suas relações de trabalho. (TINTI,

2015)

Um movimento de transformações e crescimento da ideologia conservadora na economia, exigindo do assistente social novas formas de enfrentamento às expressões da questão social, visto que conseqüentemente dentro do contexto capitalista e suas crises cíclicas, cada vez mais agrava a perda de direitos sociais, essencialmente no contexto das relações de trabalho. (TINTI, 2015)

O trabalho a partir de 1990 é atingido pelo conservadorismo do neoliberalismo, onde esse marco que atinge o país traz consigo grande retrocesso, fazendo presente a terceirização, subcontratação, informalização, crescimento de organizações não governamentais (ONG's) , afetando cada vez mais a vida dos indivíduos. É visto a dificuldade existente na sociedade para inserir no mercado de trabalho. (TINTI, 2015)

Na perspectiva do Serviço Social, e no contexto sócio-histórico das relações de trabalho, essas características não só atingem a população usuária dos serviços, como também o profissional. O assistente social também sofre com as precarizações nos vínculos trabalhistas, sendo atingido pela falta de direitos, como também pela crescente onda de desemprego que o capitalismo traz para a sociedade. (TINTI, 2015)

O Estado é o maior empregador do assistente social desde a gênese do Serviço Social, sendo importante enfatizar que dentro do cenário das relações do trabalho e de políticas, o assistente social não é somente um mero executor das mesmas, mas também contribui para o desenvolvimento e gestão das políticas públicas . É questão primordial para compreender a importância do assistente social frente as demandas impostas na sociedade. (IAMAMOTO, 2014)

E, no contexto do arcabouço do Serviço Social que também é essencial para compreender as relações de trabalho, por mais que houve a construção da descentralização da Assistência Social em 2005, por exemplo, somente em 1999 criou-se a NOB – Norma Operacional Básica da Assistência Social, que vem estabelecendo como deve ser estruturado o trabalho do assistente social nos espaços de atuação. É na NOB que encontra-se como as políticas que o assistente social atua em seu cotidiano, juntamente com a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. (GUIMARÃES, 2008)

A pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre o mercado de trabalho do assistente social, demonstra a tendência histórica dos assistentes sociais inserirem-se na esfera pública estatal, o que no Brasil representa 78,16%. Esta pesquisa ao caracterizar especificamente a Região Sul, indica que 69% estão atuando em Instituições Públicas Municipais. Para o Conselho Federal, tal constatação reafirma a descentralização das políticas sociais no Brasil que anteriormente eram executadas pela esfera federal e que a partir da década de 1990 passam para a esfera municipal (2005). (GUIMARÃES, 2008, p. 32)

Com base nas informações supracitadas é possível compreender que dentro das relações de trabalho do assistente social grande parte do seu espaço de atuação tem seu vínculo nas esferas públicas, possuindo um índice menor acerca das empresas privadas. Nesse sentido, o assistente social em muitos casos possuem seus vínculos trabalhistas também precarizados, não possuindo qualidade de vida e condições de trabalho em algumas esferas públicas, sendo cada vez mais retirado sua autonomia diante do seu fazer profissional e contratos de trabalho. (GUIMARÃES, 2008)

Na esfera privada, o assistente social também não possui uma autonomia, visto que em muitos atendimentos devem seguir protocolos já estipulados pelos empregadores, ou seja, donos das empresas, possuindo um fazer profissional limitado acerca daquele usuário/ trabalhador ou até mesmo na criação de projetos para serem desenvolvidos nas empresas, visto que muitos casos existe a redução de gastos. É nesse cenário que compreende-se que cada vez mais o trabalho do assistente social fica prejudicado. (GUIMARÃES, 2008)

Em relação ao mercado de trabalho do Serviço Social, é possível compreender dentro do contexto dos fundamentos da construção da profissão que houve um avanço importante durante cerca de 50 anos. Houve um crescimento do arcabouço teórico da profissão, construindo uma ideologia de pertencimento a classe assalariada, e não somente uma simples profissão.

Nesse sentido, entende-se que os assistentes sociais estão inseridos dentro das políticas públicas, da divisão sócio-técnica do trabalho, portanto, são considerados uma categoria dentro do mercado de trabalho importante na sociedade e no enfrentamento das expressões da questão social dentro do sistema capitalista vigente.

Segundo Ricardo Antunes (2016), as transformações dentro das relações do trabalho tem pontos importantes em dois modelos que foram vigentes e importantes na produção e reprodução do sistema capitalista, são eles, Toyotismo e Fordismo predominantes ao longo do século XX. O Fordismo com sua produção em massa e padronizado. Já o toyotismo focado em substituir o fordismo e existindo como foco a diminuição do tempo na produção.

O autor faz dura crítica à utilização da tecnologia unicamente para a acumulação de capital e à manipulação do ser humano pelo sistema produtivo, posiciona-se contra a flexibilização do trabalho, afirma que o mundo do trabalho vive o paradoxo entre o trabalhador qualificado e a grande massa de trabalhadores desqualificados, submetidos a condições de subemprego. Enfim, essas alterações ocorridas no ambiente de trabalho não configuram uma ameaça do fim da classe que vive do

trabalho: trata-se de uma “processualidade contraditória e multiforme”.
(SILVA, 2016, p. 3)

O autor traz uma reflexão importante acerca da classe-que-vive-do-trabalho, se a mesma deixará de existir devido as transformações do mundo do trabalho. É notória uma globalização do trabalho tecnológico, uma troca da mão de obra dos trabalhadores por maquinários, substituindo os postos de trabalho, mas a categoria trabalho, na visão do autor, não deixará de existir, mas ficará presente o trabalho terceirizado, privatizações, más condições de trabalho, menos postos de trabalhos devido a presença da tecnologia existente.

A questão social, que o assistente social trabalha, na atualidade é apresentada pelo desemprego, ampliação da pobreza e miséria, trabalho infantil, trabalho escravo e sub-humano, queda da qualidade da educação, violências, inacessibilidade aos direitos sociais e fundamentais, desarticulação política da parcela da sociedade nos espaços de controle social, enfraquecimento das entidades representativas do trabalho (sindicatos), precarização do trabalho na categoria gênero, violação dos direitos humanos, massacres étnico-raciais, entre outros. É nesse cenário que o assistente social atua com seu compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico. (SILVA, 2016)

No cenário atual a questão social é apresentada com uma nova roupagem, mostrando fragilidades entre a intervenção do Estado e principalmente na ausência da participação social da sociedade civil. É necessário relacionar as demandas na ação profissional com os instrumentos, como por exemplo, relatórios, pareceres, visitas domiciliares e etc. As principais demandas existente e predominantes na esfera pública são habitação, alimentação, escola, creche, violência em geral. O assistente social tem que estimular a participação social dos usuários nos espaços de controle social para ampliar a democracia representativa.

3 SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

A saúde do trabalhador se constitui em uma área importante para o assistente social, já que o Serviço Social atua na produção e reprodução do capitalismo, onde acontece o adoecimento dos profissionais principalmente por suas características de precarização do trabalho, trabalho autônomo, com poucos direitos trabalhistas, terceirizado, entre outras facetas que o capitalismo traz para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, é dentro desse cenário que o assistente social se vê atuando, como também está inserido por ser uma profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho que também sofre com as características que o capitalismo traz. O assistente social necessita do arcabouço teórico-metodológico para atuação na relação Serviço Social e saúde do trabalhador.

A configuração do trabalho no sistema capitalista tem apresentado, em seus vários ciclos, sistemas gerenciais com evolução crescente da produção, da qualificação profissional, do ritmo de trabalho e da fragmentação do processo produtivo. O contexto é de precarização, flexibilização, trabalho parcial, polivalência de funções, redução dos postos de trabalho, aceleração no ritmo da produção e das ações somado ao desemprego estrutural, à implementação de novas tecnologias, com salários em declínio e/ou instáveis. (MENDES, 2011, P. 465)

As demandas atendidas nos espaços de atuação do Serviço Social perpassam entre a pobreza, e falta de meios trabalhistas para os indivíduos sobreviverem, muitos sendo inseridos em políticas de transferência de renda, havendo também o adoecimento da saúde mental e física devido a trabalhos desgastantes, onde não possuem um mínimo de qualidade de trabalho. (MENDES, 2011)

O adoecimento é fator primordial existente no capitalismo, intrínseco ao mesmo. É necessário ter um olhar crítico acerca das condições de trabalho subumanas existente atualmente. É muito comum no mundo contemporâneo o crescente do número de acidentes no trabalho, como também quantidade de suicídios que acontecem, seja por más condições de trabalho como também pela falta de emprego e dificuldade de sobrevivência e sustento da família. É uma demanda existente também para o assistente social dentro dos seus múltiplos espaços de atuação que o profissional encontra-se. (MENDES, 2011)

Nesse cenário é importante a articulação do assistente social na garantia de defesa dos direitos sociais para os usuários, mas também compreender que também são sujeitos de direitos. O profissional do Serviço Social está inserido na classe trabalhadora, e também necessitam de uma estrutura de trabalho de qualidade para exercer sua profissão de forma que consigam realizar uma abordagem profissional de qualidade

refletindo na sociedade. (MENDES, 2011)

A saúde do trabalhador é compreendida como um dos direitos humanos, possuindo valores fundamentais para uma boa condição de vida nas relações humanas, ofertando dignidade, que é um valor importante no cotidiano de vida dos indivíduos.

3.1 O Serviço Social como Classe Trabalhadora

Em seu conceito, o Serviço Social emerge dentro do cenário do sistema capitalista, e seu objeto de atuação é a questão social e suas expressões que são fruto do capitalismo, sistema gerador de desigualdades sociais, como também da contradição de classes entre Capital e Trabalho existente na sociedade. (KAMEYAMA, 1998)

O assistente social em sua intervenção profissional atua diretamente com a classe trabalhadora, e dentro das diversas políticas seja de assistência social, educação, previdência social, de saúde, entre outras. E dentro do âmbito da saúde também atua na saúde mental. Os assistentes sociais além de necessitar ter uma análise crítica acerca da realidade social, e a importância da saúde física e psicológica dos usuários, é primordial que o profissional tenha e utilize dessa análise crítica, desenvolvida na formação acadêmica e na sua atuação profissional, para si próprio, isto é, para a sua saúde mental (CARLOTO, et.all, 2015)

Um dos principais transtornos relacionados ao mundo do trabalho é o esgotamento mental, conhecido também como síndrome de Burnout. Caracterizado pelo acúmulo de cansaço dos empregados que possuem muitas atribuições, e que acabam sofrendo uma pressão psicológica para cumprirem as metas estabelecidas. A exaustão do trabalhador provoca uma falta de motivação em sua função gerando uma série de alterações que podem causar o adoecimento do indivíduo: depressão, angústia, frustração, etc. (MARÇA, p. 43, 2018)

Os profissionais de Serviço Social estão inseridos dentro da classe trabalhadora assalariada, na venda da força de trabalho, atuando em diferentes áreas e espaços ocupacionais. É nesse sentido, que faz-se necessário ressaltar a saúde do trabalhador do assistente social, visto que este profissional atua com diferentes demandas no decorrer do cotidiano de trabalho, muitas vezes se depara com a sobrecarga de trabalho, podendo gerar um adoecimento mental. (CARLOTO, et.all, 2015)

O arcabouço do Serviço Social no Brasil é marcado desde a década de 1930, surgindo as escolas de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro. No começo a profissão estava voltada para a ideologia do clientelismo, benevolência, moças de caridade. E na década de 1970, no Brasil no contexto da ditadura, começa a crescer a produção de conhecimento do Serviço Social a partir da criação de cursos de pós-graduação. (KAMEYAMA, 1998)

E ainda no começo da história do Serviço Social no Brasil, especificamente na década de 1940, os assistentes sociais, já inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, possuíam sua atuação profissional em de hospitais psiquiátricos, ou seja, um marco importante da profissão atuando na política de saúde mental, antes mesmo dos movimentos sociais que culminaram a Reforma Psiquiátrica e mudaram a forma de intervenção profissional com os indivíduos com transtornos mentais. (GARCIA et. all., 2019)

O profissional é requerido pela instituição não só para esclarecer e efetivar os direitos dos cidadãos, apenas como um mero executor das políticas sociais, mas também planejar, elaborar e administrar os serviços que visem a materialização das conquistas garantidas pela constituição de 88. Conforme a Lei N° 8.662, que regulamenta a profissão, no que se refere as incumbências do assistente social. (NETTO, 1992, apud MARÇAL, 2018)

De acordo com Kameyana (1998), a produção de conhecimento do Serviço Social cresceu, sendo a partir de 1985 um curso superior reconhecido por vários órgãos. Por ser uma profissão regulamentada que possui um campo de intervenção amplo, com seu objeto de trabalho sendo a questão social, ou seja, demandas da sociedade a partir da luta entre capital e trabalho.

A atuação de assistentes sociais é regulamentada a partir da Lei nº8.662/1993 e pelo Código de Ética Profissional que orienta quanto Competências e Atribuições Privativas. Além destas, os/as profissionais do Serviço Social estão inseridos no âmbito da gestão e da execução das mais diversas políticas sociais públicas, fazendo nesse sentido, a interlocução para sua prática profissional. (GARCIA et. all., p. 48, 2019)

O sistema capitalista, cenário onde o assistente social atua, traz consigo precariedades e desigualdades, principalmente no mundo do trabalho, isto é, o trabalhador sofre com as más condições de trabalho. Diante disso, o assistente social considerado como classe trabalhadora assalariada também está inserido nessa conjuntura de precarização, como por exemplo, fragilidades nos direitos trabalhistas dos mesmos, falta de recursos para execução do trabalho, trabalhos informais, salários baixos, espaços de trabalho sem infraestrutura para atendimento, entre outros. (CAVALCANTE E PREDES, 2010)

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social. (RAICHELIS, p. 423, 2015)

O assistente social como classe trabalhadora assalariada no sistema capitalista vende sua força de trabalho. O conceito de venda da força de trabalho é retirado de Karl Marx, visto que o trabalhador vende sua força de trabalho, e os empregadores usufruem da mesma, podendo ser tanto no setor público ou privado, onde ambos seguem a lógica de flexibilização e precarização, em especial devido a ideologia neoliberal existente atualmente após a contrarreforma do Estado. (CAVALCANTE E PREDES, 2010)

Segundo as informações supracitadas, o assistente social está inserido nos princípios trabalhistas, além disso, na sua atuação profissional os recursos para execução da sua intervenção profissional são repassados por parte dos empregadores, não possuindo controle acerca dos recursos. (SILVA, 2019)

O Serviço Social mesmo sendo considerado uma profissão liberal, possui uma autonomia considerada relativa a partir das circunstâncias que o trabalho está imposto. Perante as informações, entende-se que são fatores cruciais para o desgaste mental do profissional, afetando a saúde mental do mesmo. (SILVA, 2019)

O processo de trabalho do assistente social, produzido pelo homem, está inserido na lógica do reconhecimento como ser social, ou seja, indivíduo que utiliza da venda da sua força do trabalho como forma de sobrevivência dentro do mundo capitalista. O reconhecimento como ser social é importante para que também se reconheça dentro da sociedade como classe trabalhadora extremamente necessária. (FAERMANN, 2016)

A falta de recursos tanto para execução do trabalho quanto direitos trabalhistas que atinge toda população que pertence a classe trabalhadora, também atinge o assistente social, isto é, perpassando por situações de violações de direitos, um dos exemplos é a falta do olhar crítico acerca da importância da saúde do assistente social, em seu sentido amplo, físico e mental. (FAERMANN, 2016)

Nesse sentido, os assistentes sociais, inseridos na categoria de classe trabalhadora, também enfrentam as dificuldades do sistema capitalista, ou seja, as intensas crises cíclicas existentes, como também os rebatimentos e tensões geradas pelo neoliberalismo. Todas as mundanças ocorridas no mundo do trabalho, além do profissional ter que lidar no cotidiano com as expressões da questão social trazidas pelo contexto citado acima, também sofre com as questões existentes na sociedade capitalista, em especial no contexto do mundo do trabalho.

3.2 Adoecimento do Assistente Social nos Espaços Sócio- Ocupacionais

Segundo Faria (2019) é necessário compreender que os assistentes sociais também são pertencentes à classe trabalhadora que sofrem com as condições precárias de trabalho, e problemáticas psicológicas no seu cotidiano profissional, que atingem sua saúde física e emocional, e por isso é importante ressaltar a saúde do trabalhador dessa classe tão importante para a sociedade, geradora da riqueza do país, e que atua com as questões sociais e suas infinitas demandas no decorrer de todo seu cotidiano profissional.

Os trabalhadores são cotidianamente pressionados para conseguir dar conta da demanda para permanecer empregados, construindo medo e ansiedade de perder o meio de sobrevivência. Nesse sentido, os trabalhadores são obrigados a baterem metas, e esforçarem , submetendo-se a condições degradantes, gerando desgastes psicológicos que muitas vezes são irreversíveis, podendo gerar outros tipos de transtornos e também doenças que são acarretadas devido aos transtornos psicológicos. (FARIA, 2019)

E assim como em qualquer indivíduo podem desenvolver transtornos, ansiedade, depressão, os assistentes sociais também sofrem com as circunstâncias, que afetam seu fazer profissional e sua qualidade de vida. Além disso, existe estabelecido em alguns espaços de atuação dos assistentes sociais a competição com outros profissionais, como também são levados, devido a grande mudança tecnológica, a aprender e se reinventar. (MARÇAL, 2018)

Diante das demandas do cotidiano de trabalho do Serviço Social, existem fatores determinantes que podem ocasionar o adoecimento profissional direta ou indiretamente, contudo a pressão do ambiente de trabalho e todas suas questões na contemporaneidade são fatores presentes em qualquer contexto trabalhista. Cabe destacar que o trabalho do (a) assistente social se dá em atendimentos, muitas vezes direto com as expressões da questão social e todas as somas desta questão em um mesmo atendimento, condicionando em possíveis transtornos para este profissional, já que o aumento dessas expressões gera impacto nos órgãos/instituições que atendem estas demandas. (FARIA, et.all., p. 3, 2019)

É fundamental um olhar focado na saúde dos trabalhadores, em especial a saúde mental, essa necessidade advém de vários aspectos, como por exemplo, a sobrecarga de trabalho, trabalhos informais, vínculos empregatícios fragilizados e a escassez de recursos no trabalho que podem gerar um desgaste mental dos assistentes sociais, sendo importante o acompanhamento com psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas. (FARIA, et.all., 2019)

Acerca das informações supracitadas, é necessário ressaltar algumas transformações do mundo do trabalho, como por exemplo, trabalhos informais, más condições na infraestrutura dos espaços de trabalho, lidar com substâncias químicas, sobrecarga de trabalho, fazem com que os trabalhadores sofram afetando diretamente na saúde do trabalhador. É nítido em muitas empresas os trabalhadores anularem suas questões básicas, isto é, alimentação e até mesmo ir ao banheiro para conseguir dar conta da produção. (SILVA et.all, 2010)

No Brasil, as únicas estatísticas oficiais disponíveis em âmbito nacional são as da Previdência Social, que evidenciaram um aumento de 1157% de benefícios acidentários de 2006 para 2007, quando foi introduzido o critério epidemiológico para estabelecimento de nexo causal entre um agravo à saúde e o trabalho (BRASIL, 2007; BRASIL, 2006).

Essas más condições do trabalho podem gerar transtornos psicológicos que afetam a atuação profissional, ou até mesmo podem gerar acidentes de trabalho que podem levar a morte. É nesse sentido que os benefícios previdenciários são firmados com o vínculo trabalhista, como por exemplo, benefícios por invalidez crescem cada vez mais, em especial no Brasil. Os índices de acidentes de trabalho crescem concomitantemente com o número de benefícios da previdência social. (SILVA et.all, 2010)

O sistema capitalista , em suas múltiplas formas de precarização dos direitos trabalhistas atinge os assistentes sociais, que estão emergido devido seu objeto de trabalho, isto é, as expressões da questão social. Mas, é necessário um olhar amplo também para a relação saúde do trabalhador dos profissionais do Serviço Social. É presente nos espaços sócio-ocupacionais, principalmente pela falta de estrutura/recursos que os assistentes sociais lidam, o adoecimento físico e psicológico dos mesmos.(SILVA, 2010)

As transformações societárias vem cada vez mais piorando as condições psíquicas dos indivíduos nos ambientes de trabalho. Antunes (2011) explica que a globalização, ou seja, o grande processo de informatização traz consequências para a saúde do trabalhador e as condições de trabalho que vivem, afetando a forma de conseguir sobreviver diante das demandas exigidas no cotidiano.

Os assistentes sociais lidam cotidianamente com atendimento a população usuária, dessa forma estão lidando diretamente com as expressões da questão social e suas múltiplas formas todos os dias durante sua jornada de trabalho. É nessa questão que pode acarretar o adoecimento psicológico do assistente social, visto que há a somatização de múltiplas demandas diante do decorrer da sua atuação profissional.

Muitos profissionais precisam lidar com pressões cotidianas, como por exemplo, o alto número de atendimentos por dia, poucos recursos, ambientes precários, poucas horas para descanso, entre outros casos. (FARIA, 2019)

É importante compreender que em muitos lugares sócio-ocupacionais os assistentes sociais são contratados como cargos genéricos para atuarem como profissionais do Serviço Social, porém esse tipo de questão também configura-se uma fragilidade dos direitos trabalhistas, já que muitos casos os profissionais trabalham como assistentes sociais, e recebem salários que não correspondem com sua função de fato exercida. Nesse sentido, vai em sentido contrário ao Código de Ética do Serviço Social, e muitos continuam em condições frágeis de trabalho devido sua necessidade de sobrevivência. É uma questão não somente para o usuário atendido, mas também para o profissional. (FARIA, 2019)

É um desafio a atuação profissional, visto que lidar com pressões no ambiente de trabalho, mesmo conhecendo todo processo de precarização do trabalho, também está inserido em contextos que fazem o profissional gerar desgastes psicológicos, ou seja, necessitando de tratamento terapêutico. Cada vez mais aumenta-se o índice de transtornos de ansiedade e depressão, e muitos assistentes sociais não reconhecem que estão inseridos em contextos que carretam sentimentos negativos.

Os números ainda evidenciam para fins desta pesquisa que nas questões sobre sua atuação profissional 88,9%, referem não possuir nenhum tipo de afastamento médico relacionado às suas questões de saúde. E que 77,8% não fazem nenhum tipo de tratamento em consequência a algum problema de saúde. Mas podemos verificar que a tendência ao adoecimento dos (as) trabalhadores (as) decorrente das condições em que ele (a) realiza seu trabalho, e que segundo Raichelis (2011) “são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora”, para além de apresentar que a quase inexistência de estudos que te tratem sobre o adoecimento do (a) Assistente Social acaba por deixar as discussões apenas no contexto particular e não a partir do cotidiano de seu trabalho, acarretando assim, a violação dos direitos profissionais. (FARIA, 2019, p. 8)

É importante haver uma compreensão dos profissionais como também dos espaços de atuação/empregadores que também se configuram em classe trabalhadora, ou seja, estão suscetíveis como qualquer outro profissional a sofrerem com adoecimentos acarretados pelas condições de trabalho. É um assunto pouco debatido e reconhecido pela classe trabalhadora até os dias atuais. (FARIA, 2019)

O empobrecimento de construções de outros espaços de atuação do assistente social também é uma questão a ser debatida, visto que são poucos que encontram-se em cargos de coordenação/gestão de políticas públicas, dessa forma também diminui a quantidade de opções e crescimento profissional. É alto o índice de profissionais que vivem com salário mínimo, sem direitos trabalhistas, e isso também causa desmotivação

do trabalhador perante a esse cenário. (FARIA, 2019)

Os assistentes sociais, principalmente no âmbito público estão inseridos em atividades que necessitam de trabalhos em feriados, finais de semana, entre outros dias. Dessa forma, muitos que são contratados, isto é, não estão dentro de um regime estatutário sofrem, pois, não possuem direito a horas extras, folgas ou qualquer outra questão que compense o trabalho exercido. É possível compreender que há mais venda da força de trabalho de forma intensa, do que valorização do profissional. (FARIA, 2019)

É necessário construir uma política voltada para a saúde do trabalhador que atue diretamente nos espaços de atuação dos assistentes sociais. Voltando uma atenção especial a saúde mental/física do assistente social, com isso podendo acarretar melhorias dos atendimentos as demandas das expressões da questão social. Quando existe a oferta de uma qualidade de trabalho junto com recursos para efetua-lo consequentemente reflete na qualidade dos atendimentos ofertados nos espaços. (FARIA, 2019)

Na materialização das políticas, temos profissionais em condições cada vez mais precárias de trabalho, adoecidos, capturados pelo procedimentalismo exigido pelas próprias políticas e seu conjunto de cartilhas e manuais, reiterando a produção do já produzido, ou seja, uma reprodução sem reflexão, sem mediações, sem crítica, despolitizada, com ênfase conformadora (PRATES, 2013, p. 5 apud FAERMANN, 2016, p. 102).

A saúde mental tem suas amplas formas de demonstrar esgotamento, como por exemplo, o aparecimento de sintomas relacionados a ansiedade, que é um dos principais fatores que demonstra a dificuldade de lidar com suas emoções. O estresse pode acarretar a ansiedade, e consequentemente a ansiedade pode gerar outros fatores na saúde do indivíduo, como por exemplo, aumento da pressão arterial ou até mesmo do índice de glicose no organismo, fatores que prejudicam e muito a atuação profissional em seu contexto amplo no cotidiano de atendimentos aos usuários. (FAERMANN, 2016)

Ao ressaltar as questões de saúde mental do assistente social é importante falar além das violações de direitos trabalhistas e a falta de recursos, também sobre assédio moral nos espaços de atuação do assistente social. Já que a opressão vivenciada pode também ser um fator que desencarreta o adoecimento mental do assistente social. O assédio moral está inserido como uma forma de controle do capital em cima dos indivíduos, em especial a classe-que-vive-do-trabalho. (RAICHELLIS, 2015)

O CFESS entende que é muito comum a prática do assédio moral nos espaços de atuação do assistente social, comumente exercido por alguém que se encontra em um cargo superior, podendo levar até a demissão ou pedido de demissão por parte do profissional. O trabalho sendo exercido em um contexto desse prejudica a saúde mental, visto que a profissional vivência cotidianamente pressão dentro do contexto de trabalho.

A gravidade das situações envolvendo o assédio moral fez com que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicasse, em maio de 2011, um manifesto denominado Assédio moral nas relações de trabalho. O conteúdo desse manifesto visou socializar a discussão sobre o assédio moral no trabalho, por entender que ele traz impacto para as relações profissionais e sociais dos sujeitos, além de gerar repercussões negativas à saúde dos(as) assistentes sociais. (RAICHELIS, 2015, p. 589)

É nesse sentido, faz-se necessário pensar o quanto as relações humanas, isto é, as relações com chefes ou até mesmo colegas de trabalho influenciam no adoecimento do profissional. São múltiplos fatores que podem levar a essa situação, é necessário ter um olhar amplo acerca dos fatores que afetam a saúde do assistente social.

4 CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado entende-se que a discussão sobre a saúde do trabalhador, no caso adoecimento do profissional no trabalho do assistente social é primordial para uma atuação profissional de forma sistemática e positiva para os usuários atendidos. Compreender as mudanças no mundo do trabalho e suas alterações dentro do sistema capitalista cada vez mais diminui as condições de trabalho e direitos trabalhistas, faz com que fique nítido os reflexos do mesmo para toda classe trabalhadora assalariada, isto é, acarretando um adoecimento mental em especial os profissionais de Serviço Social.

Entender que o assistente social é uma classe trabalhadora, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, assalariada, e dentro de um sistema capitalista movido de crises e desigualdades alarmantes. E enfatizar a temática abordada, faz com que gere um conhecimento como atualmente a saúde mental é um assunto que demanda atenção, sendo um estudo gerador de conhecimento, visto que os assistentes sociais trabalham com a saúde mental, porém em um olhar diferente para os usuários e a questão social, porém é necessário ter esse olhar para a classe.

A respeito da saúde mental do assistente social, compreende-se que o adoecimento mental dos mesmos é um tema pouco debatido no mundo acadêmico e também dentro do cotidiano de trabalho, dessa forma a pesquisa é um fator importante, contribuindo para que os profissionais se reconheçam, entendam as dificuldades psicológicas enfrentadas no dia a dia, incentivando buscar ajuda especializada, sendo questão relevante em todos os espaços sócio-ocupacionais.

É necessário entender a importância da saúde do trabalhador, visto que é um dos pilares para entender sobre a saúde mental do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam. Sem entender a saúde do trabalhador, não é possível construir um olhar crítico acerca da necessidade do debate atual sobre o adoecimento dos assistentes sociais. O olhar para a saúde mental dentro do contexto do Serviço Social reflete diretamente nos atendimentos, ou seja, na atuação dentro do cotidiano.

REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serv. soc. soc.**, p. 366-386, 2017.

AHLERT, Betina et al. **O papel do Serviço Social na saúde mental**. 2005. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. f. 01-168.

ALBERGARIA, Marlene. O suicídio na contemporaneidade. 2018, monografia, 53f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

ALFLEN, Mariani et al. Serviço social e saúde mental: trajetória e produção de conhecimento. 2008, monografia, 113f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. 2018.

ARAÚJO, Laína Jennifer Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Formação profissional, saúde mental e políticas sociais públicas: desafios da atualidade. *Argumentum*, v. 12, n. 2, p. 165-184, 2020.

BARBOSA, Thaís Karina Guedes Bezerra de et al. **Saúde mental e demandas profissionais para o serviço social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. f. 01-145.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Cortez, 2007.

BEZARRA JR, Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, p. 243-250, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 197-217, 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. Saúde e serviço social. In: **Saúde e serviço social**. 2004. p. 264-264.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 557-584, 2011.

CARLOTO, Andréa Fão; BERWIG, Solange; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Saúde do trabalhador uma aproximação com a realidade dos assistentes sociais. **II SIPINF**. Rio Grande do Sul. n.1, p. 1-13, jun/dez, 2015.

CARVALHO, Rafael Nicolau; PICORNELL-LUCAS, Antônia. Retratos da reforma psiquiátrica: aproximações entre Brasil e Espanha. **Argumentum**, v. 12, n. 2, p. 107-124, 2020.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mártis; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas**. Juiz de fora. v. 10, n 01, p. 01-24, set/out, 2010.

COSTA, Tereza Cristina Ribeiro da. **A política de saúde mental na contemporaneidade**: entre a inovação e o conservadorismo. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. f. 01-255.

DA SILVA, Ademir Vicente. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. **INTERFACEHS**, v. 1, n. 1, 2006.

DA SILVA, Kleylenda Linhares; RAMOS, Sâmya Rodrigues. Desafios da classe trabalhadora: Serviço Social na luta por condições de trabalho. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 13, n. 36, 2015.

DE FARIA, Luciane de Cassia; TEODORO, Aline Bernardes; COIMBRA, Celia Regina. Os impactos na saúde do (a) assistente social em seus espaços sócio-ocupacionais. **In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2019.

DESVIAT, Manuel; RIBEIRO, Vera. **A reforma psiquiátrica**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

DOS SANTOS, Maria Teresa; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 13, n. 36, 2015.

FAERMANN, Lindamar Alves; DE MELLO, Cássia Camila Val. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, 2016.

FERNANDES, Juliana Cristina et al. **A prática social na saúde mental**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. f. 01-182.

GARCIA, Vanessa Roballo et al. Serviço Social e Saúde Mental-Reflexões sobre competências e atribuições privativas de assistentes sociais. **Revista Sociais e Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 02, p. 46-68, 2019.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; DA ROCHA, Maria Aparecida Marques. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Textos & Contextos (Online)**, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 16-50, 2009.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social. **Caderno Abess**. São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

LAMENHA, Karoline do Carmo Ramos et al. **Saúde mental e desinstitucionalização:** um estudo a partir da perspectiva antimanicomial e da reforma psiquiátrica no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. f. 01-115.

LORENZEN, Jamile. **Dano existencial:** o excesso de jornada de trabalho e a saúde mental do trabalhador. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2016. f. 01-47.

LOUGON, Mauricio. Psiquiatria institucional: do hospício à reforma psiquiátrica. In: **Psiquiatria institucional: do hospício à reforma psiquiátrica**. 2006. p. 226-226.

MARÇAL, Paloma Stephanie Viçoso. **O adoecimento do assistente social: uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado pelos profissionais diante dos limites e possibilidades da profissão**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2018. f. 01-63.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**. São Paulo. v. 17, n. 4, p. 758-764, mar/out, 2008.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de saúde pública**, v. 13, p. S21-S32, 1997.

MOTA, Mirella; RODRIGUES, Cleide Maria Batista. Serviço Social e saúde mental: um estudo sobre a prática profissional/Social Work and mental health: a study on professional practice. **SER Social**. Brasília. N. 39, p. 652-671, jul/dez, 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **São Paulo**, 1999.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 7, 2015.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. n. 107, p. 420-437, jul/set, 2011.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do (a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 582-603, 2015.

SILVA, Ana Caroline Furtado da. **Política de saúde na contemporaneidade: a relação entre as estratégias de privatização e o desmonte do Sistema Único de Saúde**. 2019, monografia, 60f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

SILVA, Jade Tamires. **Serviço Social e precarização do trabalho: condições de trabalho dos assistentes sociais e os impactos na saúde mental**. 2019, monografia, 52f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

MARTINS, Lilia Christina de O. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O VÍNCULO COM A CLASSE TRABALHADORA. **Revista Estudos**, v. 3, n. 3, p. 11-22, 1999.

MARTINEZ, Maria Carmem. As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador. **São Paulo**, 2002.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **São Paulo**, 1999.

ROCHA, Edvaldo Cesar. **O processo de trabalho e o desgaste mental dos trabalhadores: uma análise crítica em tempo de precarização do trabalho**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2019. f. 01-53.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A saúde do trabalhador como um direito humano. **A saúde do trabalhador como um direito humano**, 2007.

SANTOS, Pedro Antônio N. dos; MIRANDA, Marlene. **O percurso histórico da reforma psiquiátrica até a volta para casa**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Atenção Básica à Saúde mental) – Escola de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2015. f. 1-18.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 366-393, 2014, abr/jun, 2014.

SEVERO, Ana Kalliny; DIMENSTEIN, Magda. Rede e intersetorialidade na atenção psicossocial: contextualizando o papel do ambulatório de saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 3, p. 640-655, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVA, Jade Tamires. **Serviço Social e precarização do trabalho: condições de trabalho dos assistentes sociais e os impactos na saúde mental**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2019. f. 01-52.

SILVA, Ana Caroline Furtado da. **Política de saúde na contemporaneidade: a relação entre as estratégias de privatização e o desmonte do Sistema Único de Saúde**. 2019, monografia, 60f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

TINTI, ÉC. **Capitalismo, trabalho e serviço social**. In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 31-74.

TOMAZ, Marcilea et al. A saúde mental em tempos de desafios e retrocessos: uma revisão. **Argumentum**. Vitória. v. 12, n. 2, p. 91-106, maio/ago, 2020.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. n. 123, p. 562-581, jul/set, 2015.